



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 008/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: DER-RO

PROCESSO Nº: 0009.235471/2021-90/FITHA/DER/RO

OBJETO: Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, Drenagem e Sinalização Rodoviária, na rodovia RO-370; trecho: Entrº RO-485/RO-489(Corumbiara) Parecis, Sub-Trecho: Distrito de Vitória da União - Entr. RO-391 (Trevo da Pedra), segmento: Estaca 2000+00 - Estaca 3218+15,617, com extensão de 24,38 km, referente ao Lote 05, no município de Corumbiara/RO.

Aos **dezesesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um às dez horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone 69 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 74/SUPEL-CI de 11 de junho de 2021**, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas: **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.** **DA PRIMEIRA RECORRENTE:** A empresa recorrente **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** foi declarada INABILITADA em ata datada dia 13.10.2021, por não ter comprovado qualificação técnica operacional: **Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**, por não ter comprovado quantitativo mínimo para **Dreno longitudinal profundo para corte em solo**, descumprindo assim, parcialmente a exigência contida no item 15.3, alínea "d" do Edital, e por ter apresentado comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital. Afirma que a empresa atestou os seguintes serviços compatíveis e similares na documentação de habilitação, sendo que apresentou a execução de serviços de Corpo BSTC de 44,00 metros, Corpo BDTC de 35,00 metros, todos enquadrados à exigência do edital. Que (...) *o Atestado emitido pelo DNIT confirma ainda o desempenho da Recorrente na execução de serviços de Corpo BSTC de 459,96 metros, Corpo BSCC de 386,96 metros, todos similares ao edital (...).* Quanto a comprovação de Dreno Longitudinal Profundo para Corte em Solo, afirma que a documentação de habilitação da Recorrente, restou comprovado a execução de serviços similares e compatíveis, com quantitativos mínimo. Que a comprovação da qualificação técnica operacional da empresa foi devidamente comprovada, não apenas dentro dos quantitativos mínimos, como além dos que foram exigidos em edital. Já com relação a **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO E INSCRIÇÃO NO CREA/RO** alega que ao entrar em contato com o CREA, obteve a informação de que fora constatado que o autenticador do documento estava com erro de autenticação, fazendo referência ao documento do ano anterior, sendo o referido problema devidamente corrigido conforme Ofício em resposta a empresa. A recorrente sugere a CPLO que se persistirem dúvidas acerca do alegado, que se proceda com diligência junto ao referido conselho. **DO PEDIDO:** requer seja recebidas

e acolhidas as alegações supracitadas e, por conseguinte, anule a decisão que declarou inabilitada a empresa Recorrente, considerando a comprovação de atendimento às exigências do edital. **DA SEGUNDA RECORRENTE:** A **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** foi declarada INABILITADA em ata datada dia 13.10.2021, por não ter comprovado qualificação técnica operacional para: **Compactação de aterros a 100% do proctor intermediário e Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**, descumprindo parcialmente dessa forma a exigência contida no item 15.3, alínea "d" do Edital. Afirmo que a decisão da Comissão de Licitação deve ser revista, tendo em vista que a empresa apresentou em sua documentação de habilitação, qualificação técnica de execução de serviços de características semelhantes, sendo estes suficientes para ser considerada apta para execução da presente obra, bem como qualificação operacional suficientes para ser considerada para tanto como habilitada. *Que (...) com relação ao item corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local, observamos que o mesmo no edital é exigido a comprovação de 33 metros, do qual esta empresa apresentou a comprovação de execução de BTCC 2,00 x 2,00m, na quantidade de 111 metros, ou seja, quantidade superior a solicitada em edital, conforme pode ser observado no atestado de capacidade técnica emitido pelo DNIT (...); Ainda (...) que os mesmos equipamentos e mão de obra necessários, para execução de BTCC 2,00 X 2,00 m, são os mesmos necessários para execução de BTCC 3,00 X 3,00 m, visto que a técnica utilizada é a mesma, e o grau de complexibilidade para execução de tal quantitativo que fora apresentado pela empresa, pois a quantidade executada fora superior a exigida, do qual pode-se constatar que as características do atestado apresentado pela empresa ora recorrente é até mesmo superior, ao exigido em edital (...).* Quanto ao item Compactação de aterros a 100% do proctor intermediário, a empresa recorrente alega (...) *que ao apresentado, esta empresa demonstrou nos atestados de capacidade técnica emitido pelo DER/RO, referente ao contrato nº 006/2010 e contrato nº 56/2014, bem como no atestado de capacidade técnica emitido pelo município de Cacoal, referente ao contrato nº 56/2018, sua capacidade do volume dos serviços requeridos no edital com a comprovação de execução dos volumes de sub-base e base, que compreende em serviços idênticos ou até mesmo de característica superior que o exigido em edital, como, o Proctor Modificado que tem o grau de energia superior ao do intermediário, sendo assim, um aumento da massa específica aparente que implica também em uma melhoria da impermeabilidade do solo compactado, o que, em última análise, é fator de maior estabilidade (...).* Ressalta em seu recurso administrativo que a lei que rege os procedimentos licitatórios, oportuniza a apresentação de atestados de obras com características semelhantes, sem que sejam de características idênticas, como foi o caso de apresentação por parte desta empresa. **DO PEDIDO:** requer a CPLO que conheça e dê provimento ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela licitante, para que o mesmo seja declarado TOTALMENTE PROCEDENTE, no tocante ao pedido de habilitação desta empresa, reformando a r. decisão emanada na ata de julgamento de habilitação, declarando a licitante ora recorrente como habilitada na presente licitação. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contrarrazões sendo que a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** apresentou tempestivamente suas contrarrazões. Afirmo que os recursos das empresas Madecon Engenharia e Participações Eireli e Andrade Construções, Terraplanagem e Pavimentação Ltda, os mesmos não merecem provimento. Que o recurso da licitante Madecon Engenharia e Participações Eireli, há de se ressaltar, que, distintamente do alegado, não há comprovação no processo licitatório de que a mesma tenha cumprido com a exigência do quantitativo mínimo para "Dreno longitudinal profundo para corte em solo - tubo de concreto perfurado e brita comercial". Afirmo que a documentação apresentada pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, também não atendeu ao item do BTCC (Bueiro Triplo Circular de Concreto), eis que comprovou tão somente os serviços de Bueiros Simples e Duplos de Concreto (BSTC, BDTC, BSCC, BDCC). Contudo, frisasse que nenhum deles trata-se de BTCC. Todos esses serviços são inferiores, o que não atinge preceitos impostos pelo edital. Com relação ao recurso apresentado pela licitante Andrade Construções, Terraplanagem e Pavimentação Ltda, há de se ponderar, de igual forma, que o corpo de BTCC 2,00 x 2,00 metros, é, evidentemente menor, exige menos quantidade de materiais que o item corpo de BTCC 3,00 x 3,00 metros. Que a imposição constante no edital é clara (não abrindo margem para tornar menos rígido) quando exige o "Corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local", o que demonstra notadamente o descumprimento de tal premissa pela licitante. **DO PEDIDO:** PUGNA-SE para que os recursos interpostos pelas empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, sejam integralmente DESPROVIDOS. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu

manter a decisão proferida na sessão de do dia 13.10.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93 e principalmente no Parecer Técnico Análise Recursos ID (0021857584) emitido pelo DER-NUPROJVIARIO, assinado pelos profissionais **IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA** - Assessora/ Engª Civil, **RENAN DA SILVA GRAVATÁ** - Engenheiro Civil e **ELIZA ELIS HENZ** - Coordenadora da CPPOO/DER/RO, aqui parcialmente reproduzidos:

(...) ANÁLISE RECURSO MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

*Considerando a não comprovação de quantitativo mínimo para o item **Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em edital deve ser atendido, independentemente da complexidade do objeto. A conclusão jurisprudencial também perfaz neste sentido:*

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Entendimento semelhante foi consolidado na Súmula 24 do TCE/SP:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Em análise aos aspectos técnicos do item, ressalta-se que o método de execução do serviço difere-se de Bueiros Tubulares (como por exemplo os citados no recurso: BSTC, BDTC) para Bueiro Celulares (BTCC - do certame licitatório), tanto que as especificações de serviço desse são regidas pela NORMA DNIT 025/2004 - ES e as especificações de serviço daqueles, pela NORMA DNIT 023/2006 - ES. Tal diferença de método executiva já afasta a possibilidade de similaridade entre os itens requerida pelo licitante.

Destarte, em relação aos outros itens apontados como similares (BSCC, BDCC e BSCC), entende-se que a dimensão e a complexidade de se executar um Bueiro Simples ou um Bueiro Duplo, diverge da dimensão e complexidade de execução de um Bueiro Triplo, sendo aqueles, portanto, inferiores em qualificação técnico operacional.

*Consolidando as justificativas técnicas apresentadas acima, em análise aos autos da documentação de habilitação da empresa, constatou-se a comprovação apenas de serviços de qualidade técnica operacional inferior, não sendo plausível, portanto, o pleito da mesma em relação ao item **Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**.*

*Passando adiante, em relação ao pleito de comprovação de **Dreno longitudinal profundo para corte em solo**, o somatório considerando os itens de dreno longitudinal não é igual ou superior com o requisitado no instrumento convocatório. Aqui vale ressaltar que não há que se considerar o item Dreno sub-horizontal - DSH 01, apresentada pela empresa, como similar ao Dreno longitudinal profundo, evidenciadas pela diferença de especificação de serviços para executar esse (NORMA DNIT 015/2006 - ES) ser divergente da especificação de serviços de execução do dreno sub-horizontal (NORMA DNIT 015/2006 - ES).*

Falemos aqui novamente sobre o consolidado na Súmula 24 do TCE/SP, resguardando a administração pública da exigência de comprovação da qualificação operacional.

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a

imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Não há o que se falar em formalismo extremo, haja vista toda a análise técnica estar pautada em normativos, jurisprudências ou documentos técnicos que corroboram com o entendimento exposto na análise. Assim como os itens especificados no instrumento convocatório como requisitos para qualificação técnica estão devidamente pautados e compatíveis com os serviços de maior relevância no projeto que compõe a Curva A do objeto. Ressalta-se ainda que visando ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, assim como posicionamento da jurisprudência através do STJ - MS nº 5631/DF, foram considerados apenas serviços considerados de maior relevância técnica e financeira, excluindo-se dos requisitos de qualificação itens considerados de importância técnica não substancial e que por ventura pudessem se tratar de preciosismo da administração.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

ANÁLISE RECURSO ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

*Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório.*

*No que tange ao item **corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local**, quantidade de 33,00 m, ressalta-se que o instrumento de convocação, em seu item 15.3 - Da Qualificação Técnica, alínea "d" versa que o Atestado de Capacidade Técnica deve ser compatível com o objeto da licitação que é a Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente-CBUQ. Em análise ao atestado de capacidade técnica emitido pelo DNIT referente ao contrato 1146/2014, observou-se que o objeto de tal contrato é referente a serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária, tratando-se portanto de objeto divergente do exigido no edital de licitação. Tecnicamente o serviço de construção de um BTCC apresenta uma qualificação técnico operacional superior à manutenção/conservação de um BTCC, divergindo nos quesitos de técnica, material, equipe e qualificação. Face ao exposto, considera-se como improcedente o pleito da licitante por não ter cumprido a exigência do edital de o objeto ser compatível.*

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa (...).

A CPLO procedeu com a análise da documentação de habilitação, especificamente no quesito da qualificação técnica pautada nas exigências contidas no Termo de Referência, e mesmo ciente da decisão anteriormente proferida em ata do dia 13.10.2021, encaminhou os recursos apresentados pelas empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e contrarrazões pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**, ao departamento DER/NUPROJVIÁRIO para análise e emissão de parecer que confirmou a decisão acertada anteriormente pela Comissão de Licitação. Evidenciando assim o não cumprimento das exigências contidas no edital.

Nossa jurisprudência é clara quanto ao tema:

*Enquanto a capacitação técnico-profissional está relacionada à qualificação do corpo técnico, a capacitação técnico-operacional, por sua vez, **é bem mais ampla** e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. **Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na***

condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, consequentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida. [Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário](#)

Essa Comissão ressalta que o edital que rege a presente licitação em seu PREÂMBULO estabelece que o mesmo será regulamentado pela Lei Federal 8.666/93. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Mirelles acerca do edital, segundo o qual: "A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) "(in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268). Com relação a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** por ter apresentado comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital, a empresa comprovou em seu recurso que diligenciou ao Conselho a fim de verificar o ocorrido, visto que o referido documento fora devidamente quitado e retirado do próprio portal do CREA. Dessa forma, foi constatado que o autenticador do documento estava com erro de autenticação, fazendo referência ao documento do ano anterior, sendo o referido problema devidamente corrigido conforme Ofício anexado ao recurso em resposta a empresa. A Comissão de Licitação decide dar parcialmente provimento ao recurso apresentado pela empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, **não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e dar provimento as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A**. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 13.10.2021, mantendo **INABILITADAS** as empresas **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** e **HABILITADA** a empresa **CASTILHO ENGENHARIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **dezesesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um às onze horas**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

SAMIR PAIVA ESPIRÍTO SANTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 16/11/2021, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 16/11/2021, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 16/11/2021, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0022080850** e o código CRC **81D5B345**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0009.235471/2021-90

SEI nº 0022080850